Abuso de poder politico, econômico e condutas vedadas

Autor(res)

Maxsuel Gonçalves Da Costa Luz
Vamberth Soares De Sousa Lima
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto
Felipe De Almeida Campos
Kannandha Nunes Costa
Cintia Batista Pereira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

O abuso de poder político e econômico, bem como as condutas vedadas, têm sido temas amplamente discutidos recentemente. Esses atos comprometem a integridade das eleições e a igualdade entre os candidatos. O abuso de poder político ocorre quando agentes públicos utilizam sua posição para favorecer uma candidatura, enquanto o abuso de poder econômico envolve o uso excessivo de recursos financeiros para manipular o eleitorado. A legislação eleitoral brasileira condena essas práticas e prevê punições severas, como multas, inelegibilidade e cassação de mandato. A Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135/2010) é um mecanismo importante para coibir tais abusos, assegurando que candidatos que utilizam dessas práticas sejam impedidos de participar de eleições futuras. A fiscalização rigorosa da Justiça Eleitoral é essencial para garantir um processo eleitoral justo, transparente e democrático, protegendo a igualdade de oportunidades entre os candidatos e a livre escolha do eleitor.

Objetivo

O objetivo deste texto é analisar e discutir as práticas de abuso de poder político e econômico, bem como as condutas vedadas, que comprometem a integridade das eleições e a igualdade entre os candidatos.

Material e Métodos

Materiais
Legislação Eleitoral Brasileira: Inclui a Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135/2010) e outras normas pertinentes.
Relatórios de Fiscalização da Justiça Eleitoral: Documentos que detalham as ações de fiscalização e as punições aplicadas.
Estudos de Caso: Exemplos de eleições anteriores onde foram identificados abusos de poder e condutas vedadas.
Métodos

Análise Documental: Revisão e interpretação das leis e regulamentos eleitorais, bem como dos relatórios de fiscalização.
Estudo de Casos: Análise detalhada de exemplos específicos de abuso de poder e condutas vedadas em eleições passadas.
Comparação Internacional: Comparação das práticas e legislações eleitorais brasileiras com as de outros países para identificar boas práticas e áreas de mel

Resultados e Discussão

Os estudos revelaram práticas consistentes de abuso de poder político e econômico, que comprometem a integridade das eleições. Relatórios da Justiça Eleitoral mostram uso indevido da máquina pública, distribuição de bens e vantagens, e gastos excessivos de campanha. Esses abusos minam a confiança no processo democrático. A eficácia das punições depende da capacidade da Justiça Eleitoral de agir rapidamente. A comparação internacional sugere que o Brasil pode aprender com as melhores práticas de outros países. Medidas adicionais, como maior transparência nos gastos e educação dos eleitores, são necessárias para reduzir a incidência de abusos e garantir eleições justas.

Conclusão

A análise do abuso de poder político e econômico, bem como das condutas vedadas, revela a necessidade urgente de medidas eficazes para garantir a integridade das eleições. A legislação brasileira, especialmente a Lei da Ficha Limpa, desempenha um papel crucial na prevenção desses abusos, mas a eficácia depende da aplicação rigorosa e da fiscalização contínua.

Referências

Legislação Eleitoral Brasileira:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp135.htm
Estudos de Caso: Exemplos de eleições anteriores onde foram identificados abusos de poder e condutas vedadas.